

PROTAGONISMOS QUILOMBOLAS NO RIO ANDIRÁ - AM: uma análise a partir da trajetória de vida de Maria Amélia Castro¹

Vanderlane Vasconcelos da Silva²

João Marinho da Rocha³

Resumo: Este artigo é uma ampliação de pesquisa de iniciação científica (PAIC/FAPEAM/UEA) que se ocupa da investigação de trajetórias quilombolas do Rio Andirá. Trata-se de algumas entrevistas realizadas com mulheres quilombolas do rio Andirá, na comunidade Santa Tereza do Matupiri. Ao todo temos cinco entrevistas realizadas em novembro de 2018, a partir da metodologia da história oral (MEIHY, 2005; ALBERT, 2011). São narrativas que permitem compreensões das lutas e resistências de mulheres dentro dos quilombos, tendo como foco principal as lutas empreendidas pela ex - presidente da Federação das Organizações Quilombola de Barreirinha - FOQB e atual articuladora dos quilombos do Andirá, por Maria Amélia de Castro. Analisar sua trajetória de vida nos permite compreender os silenciamentos, o patriarcado, os conflitos existentes, as lutas e resistências nos quilombos. Leituras sistematizadas sobre os protagonismos negro, principalmente pelas lutas de mulheres negras nos movimentos sociais, perpassando que o quilombo é uma luta, onde mulheres tomam a frente para conseguir direitos. Dessa forma, a trajetória de vida de Maria Amélia Castro evidencia os diversos protagonismos de mulheres no quilombo do Rio Andirá. Evidencia a resistência de mulheres quilombolas para a compreensão de suas lutas sócio políticas, mas também para compreensão dos silêncios a elas impostos historicamente.

Palavra Chave: protagonismos de mulheres; resistências; lutas; quilombos do Andirá.

INTRODUÇÃO

Ao longo desse artigo é possível compreender como se deu o processo de lutas do povo negro, perante suas trajetórias de movimento até chegar às políticas de reparação para os quilombolas, onde os movimentos sociais foram de extrema importância para muitas comunidades se auto declararem quilombos contemporaneamente. Na forma que se deu de pesquisar protagonismos, se evidenciando suas lutas e resistências. Forma essa que o artigo trata de quatro sessões, que ao decorrer do texto serão explicadas.

A primeira sessão trata da metodologia da história oral, como e analisar entrevistas, e também do uso de fontes, no qual o artigo estará pautado, e a importância desse campo no curso de História para se pensar em fazer pesquisa e como trabalhar tal tema.

A segunda sessão se trata dos movimentos sociais, especialmente do movimento negro contemporâneo que conduziu a resistência do povo negro. No caso dos quilombos, as leis foram difundidas através do movimento social, que reivindicou seus direitos. Lutas que se estendem desde a escravidão e continuou por todo o pós-abolição.

¹ Este artigo é uma ampliação para Término de Conclusão de Curso, tendo alguns recortes do artigo submetido no 6º Emflor- congresso de Gênero e outras conexões na PanAmazônia: grupo de trabalho -GT 03. Gênero, Lutas Sociais e Resistência .

² Acadêmica 8º período do curso de Licenciatura em História do Centro de Estudo Superior de Parintins-AM. Membro do Grupo de Estudos Históricos do Amazonas-GEHA e do Núcleo de estudos afro-brasileiro-NEAB/UEA/CESP. lanevasconcelossilva@gmail.com.

³ Professor de história do Centro de Estudo Superior de Parintins-AM. Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Pesquisador do Grupo de Estudos Históricos do Amazonas-GEHA e Membro do Núcleo de estudos afro-brasileiro-NEAB/UEA/CESP. jmrocha.hist@hotmail.com.

A terceira sessão trata da formação do quilombo do Rio Andirá, a forma como foi seu reconhecimento, suas lutas diárias e as conquistas na qual obtiveram durante a lei que lhes amparam. Assim se tornando movimento quilombola, fazendo parte de lutas e conseguindo direitos para as comunidades remanescentes, referido ao quilombo do Rio Andirá, barreirinha-Am.

Por fim a quarta sessão trata da trajetória de vida de Maria Amélia dos Santos de Castro, uma ex - presidenta e atual articuladora do quilombo do Rio Andirá, protagonista no movimento do quilombo, assim como as demais mulheres que algumas serão situadas em determinados contextos sociais. A leitura deste artigo é justamente a compreensão de lutas, movimento e protagonismo do quilombo do Rio Andirá.

MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL COMO POSSIBILIDADES.

Este artigo tem dois caminhos nos quais percorremos: o primeiro é fruto de Programa de Iniciação Científica(PAIC/UEA/FAPEAM 2018-2019), onde trabalhamos com as genealogias dos “Rodrigues e dos Castro”, a partir das fontes estudadas referente aos quilombos do Rio Andirá- AM, tendo como tema “*Beneditos e Marias*⁴”, que trabalhamos com fontes relacionadas aos quilombos, que mostram nas memórias sociais os personagens que vieram residir a partir do século XIX na região, constituindo famílias, assim como esses personagens aparecem nessas fontes e a problematização do silenciamento de Maria Tereza Albina, e a etnicidades que esses personagens difundiram para a formação do quilombola e protagonismos. Pois segundo a memória social dos quilombolas é de que Benedito Rodrigues era negro, Geronima Sateré era indígena, assim como Maria Albina que era do rio Andirá.(SIQUEIRA, 2016; RANCIARO, 2016; AMÉLIA, 2016). Esses personagens foram mapeados para a pesquisa e encontrados nas fontes escritas como

Então, sendo o primeiro negro a chegar e permanecer na comunidade do Matupiri, no Rio Andirá, vovô parou numa casa de festa e ali conheceu uma mulher indígena, viúva, e seu nome era Gerônima, filha da indígena Júlia Sateré. Benedito prometeu a ela que se um dia fosse liberto da escravidão, voltaria para casar com ela. Cumpriu a promessa, voltando tempos depois. Dessa união com Gerônima, com o mesmo sobrenome Rodrigues da Costa, vieram cinco filhos: Manoel, Silvério, Pedro (meu pai), Cristina e Francisco. Benedito também foi pai de Maria Tereza Albina de Castro, uma filha, fruto de uma união fora do casamento com Maria Albina.⁵

⁴ Pesquisa de iniciação científica *BENEDITOS E MARIAS*: Memórias e trajetórias de personagens Quilombolas no Leste do Amazonas, financiado pela FAPEAM (2018-2019), junto com o Grupo de Estudos Históricos do Amazonas - GEHA e o Núcleo de Estudo Afro Brasileiro - NEAB/CESP. Entrega aspectos do projeto de produtividade (2019-2020) intitulado “memórias negras no Andirá”, coordenado pelo Professor Dr. João Marinho da Rocha que mapeia as trajetórias individuais e familiares do pós-abolição no Baixo Amazonas.

⁵ Benedito Pereira de Castro, 91 anos – comunidade de Santa Tereza do matupiri, p.03 –. In: Ranciaro et ali, 2016.

O segundo momento da pesquisa feita surgiu à oportunidade de fazer um futuro Trabalho de Conclusão de Curso - TCC falando sobre o protagonismo das mulheres quilombolas, utilizando da metodologia da história oral (MEIHY, 2005; ALBERT, 2011). Foram realizadas e analisadas seis entrevistas, na qual se destacam Maria Hilda dos Santos Castro, Benedita Ribeiro de Castro, Celina Marinho Viana, Eduarda Trindade de Castro e Luiza Trindade de Castro. As entrevistas iluminam para o fato de que as mulheres continuam sendo resistência, mesmo que ainda haja resquício de paradigmas impostos por uma sociedade machista, mas são reafirmadas na história

[...] na constatação e do esquecimento, a história da mulher emergiu e ganhou musculatura, a partir de 1970, atrelada a exploração do feminino, articulada ao florescimento da antropologia e da história das mentalidades, bem como as novas aquisições da história social e as pesquisas, até então inéditas, sobre a memória popular (DEL PRIORE, 2010, p. 220)

Situamos nosso estudo no campo da história social (CASTRO, 1997; BARROS, 2005) que possibilita compreendermos a importância de vozes silenciadas pelo patriarcado e por um sistema dominante, buscando não só nas fontes oficiais, mas também na trajetória de vida, nas memórias referentes a personagens e lugar. Hoje se faz as histórias contadas, também de a partir baixo, principalmente quando a história é dita por minorias, como é o caso das mulheres quilombolas do rio Andirá. Temática que dialoga com o campo dos estudos pós - Abolição (MATOS; RIOS, 2004), evidenciando os protagonismos de personagens. Também se destacam para questões relacionadas à construção de memória e identidade social (POLLAK, 1989, 1992), pois são memórias seletivas que o sujeito possa pertencer, assim como as tradições relembradas, seja individual e coletivamente.

Estudos como protagonismos de mulheres que fazem parte dessa mesma perspectiva, que juntamente estão ganhando espaços, reivindicando e sendo resistência à frente do movimento quilombola do Andirá. Por muito tempo as mulheres não tiveram vozes, através do patriarcado, uma história vista de cima e por homens, já que o papel da mulher esteve por muito tempo apenas destinado ao lar e a maternidade. Com as novas perspectivas de abordagens, novos estudos sobre as mulheres foram sendo modificadas pela sua condição social, vista de diferentes pontos.

Parafraseando Lucien Febvre - para quem o conhecimento histórico deve ter como referência “os homens, nunca o Homem” - torna-se inadequado falar-se, hoje, em uma “história da mulher”. Diversas em sua condição social, etnia, raça, crenças religiosas, enfim, na sua trajetória marcada por inúmeras diferenças, cabe, portanto, abordar-se a “história das mulheres”. A grande reviravolta da história nas últimas décadas, debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse,

contribuiu para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres (SOIHET, 1989, p.399).

Assim reafirmando o silenciamento de mulheres quilombolas, que na historiografia tradicional não era se falando e muito menos contando por mulheres, e que hoje essas mulheres estão à frente de movimentos, foi por lutas como as demais resistências existentes.

DAS LUTAS DO MOVIMENTO DO NEGRO E AS REPERCUSSÕES NAS LUTAS DOS QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS.

Segundo Petrônio Domingues os primeiros movimentos negros organizados surgiram durante a República (1889-2000) passando por processos na sua estrutura de organização com o objetivo de resolver os problemas de preconceitos e discriminações raciais contra negros. Domingues(2007) divide o movimento republicano em quatro fases:

A primeira fase (1889-1937).

A primeira fase se deu da primeira República ao Estado Novo (1889-1937), após abolição da escravatura ex - escravos não foram amparados pelo sistema político, mas foram deixados à margem por parte do governo. Nesse primeiro momento se uniram libertos, ex escravos e seus descendentes, criaram uma onda de mobilização negra, que logo no início se deu a criação de vários grupos, sendo um dos maiores, foi o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares que foram fundados em 1908. Em 1926 muitas dessas organizações tiveram como base na sua formação trabalhadores negros (DOMIGUES, 2007). Este mesmo autor informa que com toda essa mobilização dos grupos surgiu também o que se denominou *imprensa negra*

Um dos principais jornais desse período foi o Clarim da Alvorada, lançado em 1924, sob direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar. Até 1930, contabiliza-se a existência de, pelos menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo. A imprensa negra conseguiu reunir um grupo representativo para empreender na batalha contra o “preconceito de cor”, como se dizia na época (DOMINGUES, 2007:104-105).

Os jornais difundiam as diversas formas de não aceitação do negro no berço da sociedade, em questão a trabalho, moradia, educação e saúde, sendo desprovidos de qualquer interesse do governo. Ainda na primeira metade do século XX a Frente Negra Brasileira (FNB) foi umas das mais importantes entidades negras no Brasil, que tinha divisão em vários setores de sua organização, assim como delegações, afiliados e grupos homônimos em vários estados. As mulheres tinham papel simbólico no movimento negro, tinham diversas funções na FNB, como a Cruzada Feminina e Rosas Negras, já que a maioria eram mulheres que apoiavam o movimento.

Segundo Domingues, nessa primeira fase os movimentos tinham caráter autoritário e ultranacionalista, que a FNB em 1936 se transformou em partido político e defendia esse tipo de programa ideológico, até mesmo porque sua principal liderança Arlindo Veiga dos Santos gostava do Governo de Benedito Mussolini na Itália e de Adolfo Hitler na Alemanha. Com a instauração da ditadura no caso no “Estado Novo” em 1937, essa entidade foi extinta assim como todos os outros movimentos. Sendo que todos os movimentos surgiram com o intuito de ingressar o negro na sociedade através das mobilizações.

A segunda fase(1945-1964)

Com a queda da ditadura de Vargas (1945), surgiu no cenário político o movimento negro organizado, e de certa forma mais ampliado sua ação, só que não tendo o mesmo fator de aglutinação como a primeira fase. Da época um dos principais grupos foi a União dos Homens de cor que também eram denominados “Uagacê”, tendo como fundador João Cabral Alves em janeiro de 1943, que seu artigo intitulava levar os negros a nível econômico e intelectual maior para todo território nacional (DOMINGUES, 2007).

Outro grupo importante foi Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944 no R.J, que tinha como liderança Abdias do Nascimento. Seu primeiro intuito era apenas de formar grupos de atores negros, já que os teatros pintavam o branco de preto para representar os negros, porém se ampliou, além disso, começou a alfabetizar os negros, fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu Negro, organizou o I Congresso do Negro Brasileiro. Defendendo sempre os direitos civis dos negros como seres humanos, procurando a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país. Quando Abdias do Nascimento foi exilado para o Estado unidos da América, e em 1968 o TEN foi quase extinto pela alta repressão que sofreram. Assim como na primeira fase, nessa segunda, a imprensa ganhou um novo impulso, publicando em todo país jornais de protestos. Mesmo como todo impulso do movimento, eles ficaram isolados da política, tanto de direita como da esquerda marxista (DOMINGUES, 2007).

Quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se pôs com o projeto que iria restringir o conceito de democracia, para eles as propuseram - tais apresentadas dos negros era equivoco, e assim o movimento ficou abandonado por vários anos pelos setores de políticos progressistas, mas a primeira lei antidiscriminatória batizada como Afonso Arinos, foi aprovada no Congresso Nacional em 1951, depois de um escândalo que envolveu a bailarina negra norte-americana Katherine Dunham, que foi impedida de se hospedar em um hotel em São Paulo (DOMINGUES, 2007).

A terceira fase (1978-2000)

A terceira fase do movimento negro é a partir do início de redemocratização à República Nova, militantes do movimento, quando chegaram a ser acusados de criar problemas e de que não existia racismo no Brasil. Porém, a organização antirracista apenas aconteceu no seio dos movimentos populares sindical e estudantil (DOMINGUES, 2007).

Mesmo que as repressões dos militares sobre o movimento negro tenham os limitados, eles não deixaram de fazer suas ações. Um exemplo foi que 1972 em São Paulo quando um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), o Grupo Palmares (1971) foi o primeiro a defender a ideia de substituir a comemoração do dia 13 de maio para 20 de novembro. Todas as iniciativas do movimento, mesmo que fragmentadas, não tinham sentido político direto de enfrentar o regime militar (DOMINGUES, 2007).

Em 1978 com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) o movimento negro organizado se inspirou de dois lados: o primeiro externo fundado pelas lutas civis de direitos dos negros estadunidenses, que se projetavam lideranças como Martin Luther King, Malcolm X e organizações negras marxistas, como os Panteras Negras, e a luta de movimentos de libertação de países africanos, sobretudo de língua portuguesa como Guiné, Moçambique e Angola, nas quais tais influências externas ajudaram para que o Movimento Negro Unificado tenha assumido discurso radicalizado sobre a discriminação racial; O segundo era o plano interno do MNU o núcleo foi a organização marxista tendo como trotskista, Convergência Socialista, que foi a escola de formação de política e ideologia de várias lideranças do movimento negro, que na Convergência Socialista havia grupos militantes que entendiam que a luta antirracista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista.

Dessa forma, aconteceu a reunião no dia 18 de junho de 1978 em São Paulo com diversos grupos e entidades negras, que resultou na criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que foi a primeira organização de ato público de repúdio a discriminação racial sofrida por jovens no Clube de Regatas Tietê e também em protesto à morte de Robson Silveira da Luz que foi torturado até a morte. A organização saiu para o ato de protesto em 7 de junho de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo, que reuniu cerca de 2 mil pessoas, que foi considerada pelo MUCDR como maior movimento realizado pelo negro contra o racismo (DOMINGUES, 2007).

Na 1ª Assembleia Nacional de Organização e Estruturação da entidade, dia 23 de junho de 1978 foi adicionado a palavra *negro* ao nome do movimento que passou a ser chamado Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Aconteceram

aprovações e congressos da MNUCDR e seu nome foi simplificado para Movimento Negro Unificado - MNU. (DOMINGUES, 2007).

O MNU teve uma significância em seu marco histórico do protesto do país, porque um dos motivos era consolidar a luta dos grupos antirracistas na escala nacional, que tinha o objetivo de aumentar e fortalecer o poder político do movimento negro, com a estratégia de combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade, dessa forma vinculada a luta de classe.

O 13 de maio passou a ser o Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo ao invés da comemoração festiva de abolição da escravatura, o 20 de novembro passou a ser o Dia Nacional da Consciência Negra, rememoração da morte de Zumbi dos Palmares. Assim, como maneira de incentivar o negro a assumir sua condição social, a MNU despojou o termo “negro” da conotação pejorativa, mas adotou a palavra justamente para designar todos os descendentes de africanos que foram escravizados no Brasil (DOMINGUES, 2007).

O movimento negro também passou a rever os conteúdos repassados nas escolas pelos livros didáticos, preconceituosos sobre os negros na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia Inter étnica, assim como reavaliação da importância negro na História do Brasil e levantou a bandeira de inclusão do ensino de história da África nos currículos escolares.

A quarta fase(2000- x)

Já nessa quarta fase do movimento negro organizado na República, segundo a divisão de Domingues (2007) é de 2000 por diante. É uma história de interpretação, na qual estava abrindo uma nova fase para o movimento negro, onde entrou o movimento do *hip-hop* por vários motivos, que trata não apenas de um movimento cultural, mas que ganhou dimensão nacional, na qual é de cunho popular, periférico, e rompeu com o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais. Além do que expressar rebeldia da juventude afrodescendentes e difundem o estilo do *rap* com letras de denuncia racial e social, que juntou não só o negro, mas outros setores marginalizados, e para diferenciar movimento tradicional, estão se apropriando do termo *preto* do que *negro*. A diferença que faz eles andarem longe da plataforma do movimento negro é que não tem cunho político e ideológico de programas, a não ser de uma forma geral de combater o racismo. No Brasil, o movimento de *hip-hop* não defende apenas interesses negros, pois, há penetração de setores da juventude branca que é marginalizada (DOMINGUES, 2007).

Essas quatro fases do Movimento Negro republicano, serviram como base para surgirem outras frentes de lutas como os movimentos e organizações quilombolas e a importância que ele tem para os setores marginalizados pelo governo, pois, mesmo com todas lutas anteriores, ainda continuam nesse processo de integração e o papel importante do negro na sociedade. Nessas fases o movimento foi-se delimitando aos pontos que deveriam se movimentar e articular, que foi e está sendo extremamente importante para os “remanescentes de quilombos”, assim como os negros existentes na sociedade, conhecerem seus direitos e lutar por eles. Portanto, desde que foram escravizados, o povo negro vem se resistindo e lutando, pois a luta é constante. As articulações do movimento negro foi extremamente importante para que muitos hoje tenham seus direitos adquiridos e garantidos nas legislações, que ainda precisam ser respeitadas pelo Estado brasileiro, que insiste em desrespeitá-los.

No curso dessas fases o movimento passou de direitista a esquerdista, por conta que chegou um momento que eles foram influenciados pelo marxismo, se vinculando aos demais movimentos sociais. Julgamos ser importante saber a história do movimento negro, pois é a partir dessa trajetória de lutas pode-se se ter elementos para configurar auto reconhecimentos como negro, especialmente como saber de seus direitos perante a constituição. Pois, é saber que existiram pessoas escravizadas, e que não foram só libertos na época que foi assinada a carta aura, e como eles foram tratados durante e perante a sua “libertação” e resistência ao longo do pós-abolição (DOMINGUES, 2007).

Através das lutas, hoje muitos são reconhecidos. Vários fatores ajudaram nessa caminhada (1889-2000), lutam por seus direitos, muitas conquistas foram adquiridas durante essas fases, principalmente a constituição brasileira de 1988 que abriu caminhos para as políticas públicas e de reparação, que foram feitas. Mesmo que hoje haja impasses pelo Estado, além do preconceito racial que a sociedade ainda os marginaliza.

Dos processos de reconhecimentos do Rio Andará-AM

No “cenário de direitos” que se formou por meio dos movimentos sociais, as comunidades quilombolas tentam se inserir na chamada “cidadania formal”, mas para isso precisam de conhecimentos sistematizados sobre si e seus antepassados, referenciados a partir do século XIX que tiveram envolvidos dentro de uma sociedade e de um sistema de trabalho forçado (ROCHA, 2019). Direitos esses que só estão nas letras das leis federativas, porque na prática as comunidades não chegam a serem atendidas por melhorias de políticas públicas. Nesse contexto, busca-se visualizar os processos que esses quilombos passam em relação a seus direitos territoriais, reivindicado por consequentes lutas para permanecer naqueles espaços

tradicionais (ROCHA, 2019). Terras essas que empresas privadas, associadas a políticos e fazendeiros, tentam possuí-las, ocasionando conflitos socioambientais diversos. Primeiramente a parte importante da denominação como quilombos do Andirá foi se auto reconhecerem como remanescentes de quilombo, dada através das trajetórias vividas pelos seus antepassados. Nas quais se encontram no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação -RTID e projeto Nova na Cartografia Social da Amazônia.

A) O RTID do Território quilombola publicado em 2016, narra de como se deu a denominação do quilombo e da formação das comunidades pertencentes ao território reivindicado no contexto do reconhecimento e das ações sócias implícitas nas comunidades daquele local, as práticas vividas, e organização da vida coletiva. Assim como aponta para a emergência da problemática da terra, causada pelos fundiários que estão nas imediações do baixo Rio Andirá. Aborda a questão do processo e mobilização das comunidades para reconhecimento étnico de grupos pelo Estado.

[...] comunidades quilombolas do Rio Andirá no sentido de reivindicar a regularização dos seus espaços de uso coletivo esta solidamente amparada na legitimidade da ocupação tradicional e em total acordo com os dispositivos legais pertinentes que determinam ao Estado brasileiro que assim proceda. Também ressalto que o objeto da manifestação realizada pelas comunidades quilombolas possui longo histórico de lutas que por elas têm sido empreendidas contra forças desagregadoras de suas unidades sociais, o que requer do Estado brasileiro o efetivo reconhecimento de seus direitos para que possam continuar vivendo sobre o território legado de seus antepassados (SIQUEIRA, 2016, p.82)

O mesmo RTID aponta que a problemática das terras no Andirá vem desde 1970, quando se dá os conflitos fundiários avançando pelas fronteiras de expansão econômica sobre a região amazônica. Principalmente pelo fator da exploração da madeira desencadeada pela extração do pau rosa (*paubrasilia echinata*), propagada desde da década de 1960, onde não havia qualquer controle formal do estado sobre sua retirada. Também pela expansão das principais atividades econômica do local, que intruzaram terras e expulsaram grupos familiares, alguns dos quais se deslocam das áreas urbanizadas que ficam próximas como Parintins, Barreirinha e Maués, outros para a capital Manaus. Na mesma perspectiva da pecuária e na exploração dos recursos naturais, ocorria “a emergência da problemática da terra e sua consequente demanda por uma ação efetiva de regularização fundiária nas imediações do baixo Rio Andirá teve início por volta da década 1970” (SIQUEIRA, 2016, p.10).

No primeiro momento da extração do pau rosa, grupos de pessoas desses interiores ficavam disponíveis para o trabalho braçal, em sua maioria homens solteiros e jovens; No segundo momento ocorreu a expansão da pecuária e intensificação da madeira, grupos de pessoas também trabalhavam para os fazendeiros e empresas. E até mesmo pelas tomadas de

terras das pessoas que viviam e vivem nessa região do Andirá, famílias e indivíduos diretamente afetados pela expansão das atividades da criação de gado e extração da madeira, surgiram com as comunidades de São Pedro, Boa Fé, Itaquara, São Paulo do Açu e Trindade (SIQUEIRA, 2016).

O processo de mobilização das comunidades junto com suas lideranças quilombolas do Andirá teve início entre os anos de 2005 e 2006. Para reconhecimento do quilombo e como identidade, contou com ajuda de pessoas que tinham conhecimento das dificuldades enfrentadas pelas comunidades, já que essas pessoas eram vinculadas entidades e organizações diretas ou indiretamente relacionadas as ações de mobilização e políticas organizadas de comunidades rurais, umas das citadas é a instituição Secretária de Assistência Social Estado do Amazonas – SEAS, por meio da assistente social Arlete Anchieta, na qual viabilizou as ações de cidadania no contexto de comunidades quilombolas, assim como contou com servidores da Receita Federal e professores da Universidade do Estado do Amazonas em Manaus/Parintins (SIQUEIRA, 2016). Já que os quilombos eram e são até hoje resistência de luta, buscando sua identidade étnica e cultural, que são apagadas pelo ideário nacionalista.

B- fascículo “quilombos do Rio Andirá”- O projeto Nova Cartografia Social da Amazônia foi um dos parceiros nas lutas dos quilombos do Rio Andirá, dentre as inúmeras ações, promoveu cursos sobre legislações relativo aos direitos de povos e comunidades tradicionais e confeccionou um fascículo sobre a história e as lutas pelo direito a terra das referidas comunidades (ROCHA, 2019).

No fascículo, as pessoas relatam como foi para se reconhecerem como quilombola, também falam sobre seus antepassados e suas vidas como trabalhadores nas comunidades. Informam e denunciam sobre suas vidas sofridas, mas também de muita alegria, pois sua cultura ainda é valorizada pelas comunidades nos dias festivos que ali realizam. Relatam ainda que sempre trabalharam na roça e que também não puderam ir à escola por conta do “trabalho bruto”. Muitas pessoas que não eram ali da região, aos poucos, entraram e constituíram residência, e os moradores locais chegaram a trabalhar para essas pessoas, um “trabalho duro”, e pouco recompensado, pois, era trabalho em troca de produto, na época “não se conhecia dinheiro”. E que começaram muito cedo a trabalhar e desde daí não parar mais, pois quando chegou a certa idade, o corpo sofre com algumas mazelas desse tipo de trabalho, como diz na fala de um dos moradores do quilombo descrito no fascículo “quilombos do Rio Andirá”

O meu trabalho, sim, trabalhei na seringa, aí nessa mata, seringa do mato. Naquele tempo a gente cortava essas seringueiras que dava no mato. Nós tirava (seringa) aqui;

o nome do lugar era Campina. Isso dava problema de vista e cansaço. Não enxergo direito, minha gente. Ah! No verão, eu tirava o breu e fazia aquele cernambi pra vender. Dava um dinheirinho. O patrão mandava a gente tirar e compravam. Mas era só um trocado; trocava com açúcar, cafezinho. Dinheiro, não se conhecia! Era o trabalho por um produto, era assim! Hoje tenho 71 anos, naquela época eu tinha 20 anos, tinha 20 anos já.⁶

No mesmo fascículo, os moradores também relatam seus problemas com os fazendeiros, uma relação tensa em que muitos venderam suas terras “por quase nada”. Havendo também a questão de seus sobrenomes fazer referência a outras famílias, por conta que na época muitos eram registrados com sobrenomes de seus padrinhos de batismo. O mapeamento que consta no fascículo ajudou bastante na construção do quilombo, principalmente com a ajuda dos moradores, com sua memória informaram sobre seu território e sua história.

*C- O livro de memória, **Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência!** Este livro faz parte do movimento quilombola, que narra a vida de Marília Amélia de Castro, suas respectivas lutas pelo reconhecimento do quilombo do rio Andirá, tornando-se como fonte metodológica. Situa-se, através da memória contada por Amélia em relação ao lugar e a história passada pelas gerações de Benedito Rodrigues, negro que chegou à região, expandindo-se pelas localidades referidas ao Andirá. Deste modo, Maria Amélia se tornou uma das protagonistas no quilombo, não só no meio da militância, mas do contexto social que está inserida.*

Os quilombos do Andirá são constituídos por cinco comunidades (Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Ituquara, São Predo, Trindade) e quatro núcleos (São Paulo, São Marcos, Lírio do Vale e Pagoa). Formadas por famílias que, segundo a memória social local, são descendente de Benedito Rodrigues Castro, Geronima Sateré e Maria Albina, a partir de quem formaram essas famílias que residem nas comunidades. Gente que lutam pelos seus direitos assegurados na Constituição Federal, realidades há muito tempo marginalizados e ficaram a margem das políticas públicas do Estado Brasileiro de quem reivindicam “direitos étnico, sociais, territoriais” (ROCHA, 2019).

TRAJETÓRIA DE VIDA DE MARIA AMÉLIA DOS SANTOS CASTRO

Esta sessão está pautado no livro de memória de Maria Amélia Castro, que serve como fonte para relatar sua trajetória de vida, suas lutas como liderança e como pessoa, das conquistas

⁶ Manoel Pereira de castro, 71 anos – comunidade de Santa Tereza do matupiri, p.04 –. In Ranciaro et ali, 2016.

a frente da Federação das Organizações quilombolas de Barreirinha- FOQB. Na qual vem a tem finalidades de identidade e territorialidade, a partir de suas narrativas no contexto inserido.

Quatro razões justificam seu tratamento como fonte, que sejam: **1)** Pela dimensão onde inseriu-se a concepção, a justificativa para seu livro no âmbito gestado pelo PNCSA; **2)** Pelas repercussões da sua produção em meio às comunidades quilombolas do Andirá e para além dali; **3)** Pelos seus usos sociais e existência como uma ferramenta inserida nas lutas internas por representatividades; **4)** Pelas formas com as quais se materializou muitas memórias já catalogadas, disseminadas e oficializadas pela FOQMB e suas Ações sociais e políticas (ROCHA, 2019, p. 264)

Desta forma será como fonte principal desta sessão o livro de memória, é possível identificar seu protagonismo, através do movimento quilombola, assim como outras mulheres existentes no quilombo do rio Andirá. Já que o protagonismo é evidenciado pelas constantes lutas dentro dos movimentos sociais, manifestando as atuações femininas (SOIHET, 1989).

Existência, fortalecimentos, conquistas

Maria Amélia dos Santos Castro foi uma das militantes que teve um papel importante no reconhecimento dos quilombos. Se habilitaram em ficar à frente de uma presidência da FOQB para que se auto identificasse como quilombo. Filha de Pedro Rodrigues da Costa e Dorvalina Gama dos Santos, nascida no quilombo, foi casada, teve sete filhos e um adotivo, fez muito pelo quilombo, e é atualmente estuda no curso de Agroecologia no Instituto Federal do Amazonas – IFAM, Manaus, Campus Zona Leste é articuladora das cinco comunidades referentes ao Rio Andirá.

A mesma conta que sofreu discriminação racial quando ainda criança por conta de sua cor, foi apelidada por várias palavras pejorativas como: piranha preta, guariba, pelo fato de ser negra, não apenas ela como todos que eram negros na região do quilombo do Rio Andirá, tal atitude vinha da partes daqueles que tinham a pele mais clara. Segunda ela, sua vida sempre foi sofrida, ~~pois~~ desde pequena precisou trabalhar junto ao seu pai Pedro Rodrigues da Costa, que na expressão dela era “escravo do trabalho”, pois trabalhava tanto e mal dava para sustentar a família.

E falar em como criança, do meu princípio de vida, eu era uma pessoa muito apegada ao meu avô. Ele, sempre foi uma pessoa que me deu atenção, ele e a minha tia Maria Sidrôinha. Muita coisa quando criança eu conversava com eles. Aí, teve um dia que eu perguntei ao meu avô: “Por que a gente era discriminada na cor?” Porque a gente era negra, o pessoal chamava pra gente de piranha preta, porque a gente era preta; chamava a gente de guariba, porque a gente era negra! (AMÉLIA, 2016, p.17)

Após episódio de enfrentamentos e preconceitos durante as lutas pelo reconhecimento do Andirá, Amélia que resolveu voltar a estudar para terminar o ensino fundamental e médio. Lembra-a que foi “rebaixada em reunião” na comunidade de Trindade, quando era presidente

da FOQMB, e foi desqualificada apontando-lhe o dedo a chamando de burra, que não conseguiria nada para eles. Tal fato ocorreu em seu primeiro mandato.

[...] isso está registrado numa ata do mês de dezembro de 2011 que o Senhor Mateus Cruz Rodrigues, apontando o dedo para mim disse que eu era uma burra, analfabeta. Isso durante Assembleia que ele e um grupo de dez pessoas fez tentando derrubar o meu mandato. O objetivo deles era “puxar” uma nova eleição e acabar mesmo com o nosso mandato. Saí chorando pela humilhação que sofri publicamente por esse grupo de professores (AMÉLIA, 2016, p. 44)

Amélia, sua nova equipe e os parceiros, lutaram para conseguir a certidão reconhecendo que são quilombolas e quando isto ocorreu, entregou cópia da certidão da Fundação Cultural Palmares - FCP a todos os representantes de cada comunidade. Conta ainda que esquentou banco na prefeitura de Barreirinha, pois sempre eram os últimos a serem atendidos nos órgãos públicos municipais. Também fala sobre dificuldades fora do município, a exemplo das primeiras dificuldades quando chegaram em Manaus foi porque tinha um documento dentro dos órgãos SEPROR e CONAB, que recebeu documentos de seus opositores no Andirá que dizia que as pessoas comparecessem como autoridades da FOQB eram para acionar a polícia, pois, os documentos que apresentassem eram falsos, um documento feito pela primeira presidenta da Federação.

Através de um amigo, ele descobriu que lá existia um documento; existia uma Carta Circular, bem dizendo, aonde dentro da carta falava que as pessoas que comparecessem se apresentando como autoridade da Federação, está escrito assim: “que era o caso de acionar a polícia”. Porque, dizia a carta, que eram documentos falsos que estavam chegando dentro da CONAQ [Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas]; que nós não tínhamos razão de sermos representantes da Federação, ninguém era autoridade pra representar as comunidades do Andirá. Eu perguntei pro rapaz que me contou isso: “Tu poderias conseguir esse documento para chegar na minha mesa?” Ele disse, assim: “A senhora faça um ofício e peça que eu mando esse documento”. Assim fizemos! Eu fiz o Ofício, pedindo essa carta e chegou pra nós o documento que está no arquivo da Federação. Tá escrito nessa Carta que nós não baixamos o edital pra realizar a eleição. E isso nós fizemos porque é assim que manda o Estatuto da Federação. Lá estava escrito o nome das nove pessoas que compartilhavam da minha mesa, e todos eles têm essa carta, que eu botei na mão de todos eles. (AMÉLIA, 2016, p.48)

Os quilombos do Andirá foram contemplados com alguns programas do governo federal, a exemplo da distribuição de alimentos. O episódio acima se deu no contexto em que deixaram de receber, e foi um dos trabalhos que Maria Amélia buscou querer saber o porquê de as comunidades não receberem mais “os ranchos”. Outro programa foi o de moradia como o Projeto “Minha Casa, Minha Vida”, que ficaram inacabadas. Cita ainda o projeto “Agricultura Familiar”, mas não tiveram a oportunidade de fazer seus cadastros e foram orientados pelos funcionários da SEPROR para a plantação das sementes, fizeram tudo, mas o técnico jamais chegou nessas áreas, e muitos não se arriscaram e outros desistiram do plantio. Além dos três programas citados, também teve “Programa Nacional Água de Primeira Qualidade” pela

FUNASA, que chegou dentro das comunidades com o compromisso de implantar poços artesianos. Segundo Amélia eles já foram duas vezes no ano de 2014 na região e ficaram de voltar em 2016 para implantar o resto nas outras comunidades. Em pesquisa de campo em outubro de 2019 verificamos que os poços foram, enfim inaugurados em Boa Fé e Trindade, por exemplo.

Nós temos o documento da Federação solicitando da FUNASA essa água de qualidade pra dentro da área quilombola. Inclusive a Federação está aguardando a ida do Superintendente da FUNASA que foi prometido pra visitar nossa a área quilombola. Eles disseram que logo de imediato eles voltariam com a presença dele. Então, pra nós remanescentes, para o povo quilombola que convive dentro de um rio, que precisa dessa água de qualidade será, bem dizer, um milagre muito grande entre eles e entre nós, como remanescentes de quilombos, se isso acontecer (AMÉLIA, 2016, p.53)

Pela busca pelo processo de “libertação do meu povo” como a mesma designa, começou a andar pelo MDA, onde teve ajuda de várias pessoas que conheciam os direitos dos quilombolas, ajudando-os também na CONAB para resolver os problemas das Cestas Básicas. A partir da MDA que deu início a todas as outras lutas e conquistas, principalmente como remanescentes do quilombo do rio Andirá, levando para dentro do quilombo cursos e oficinas sobre os direitos de povos e comunidades tradicionais. Lutando até hoje pelo território, uma briga que vem há muitos anos com madeireiros e fazendeiros que estão instalados próximo ao quilombo, no qual muitos dos moradores das comunidades sofrem com ameaças. Benedita de Castro, relata que muitos dos moradores já sofreram algum tipo de repressão por conta de fazendeiros na região, e a mesma diz que não podem usufruir direito dos recursos naturais.

tem um pra li que o nome dele é Jander não sei de quê, aquele ta teimando que já veio né, mais ele ta teimando de trabalhar , agora esse outro daqui que é Mendes que mora lá em Barreirinha ele já parou, só tá trabalhando pra limpar onde já trabalharam né. *Pra lá não pode disque passar por que querem atirar na gente!*, mais pra quê né nós temos também pra pegar peixe, tirar cipó, que tem muita gente que tira cipó, ele empatam que só pra lá.⁷[*Grifos Nossos*]

Deste ponto de vista pode percebe-se questões sobre a relação de fazendeiros com as comunidades, o acesso limitado para subsídio próprio dos moradores do quilombo, exploração da terra sem o sentimento dos quilombolas ali da região do Andirá. Mostra que quando a questão agrária chegou na década de 70 no Andirá, tornando-se um dos conflitos com as comunidades, situações que são encontradas a respeito de ameaças por territorialidade (AMÉLIA, 2016), já que eles conhecem que a terra que se encontram é “pertencente ao quilombo”, caminho de direito aberto pela Constituição Brasileira de 1988, que

(...)abriu caminho para o desenvolvimento de políticas de reparação em relação à escravidão africana no Brasil. Dentre elas, destacam-se a possibilidade de titulação

⁷ Benedita Ribeiro de Castro, 65 anos. Aposentada, Santa Tereza do Matupiri, Entrevista Novembro 2018.

coletiva de terras a comunidades negras tradicionais reconhecidas como “remanescentes de quilombos” a reconhecimento oficial de patrimônios imateriais relativos à herança de populações escravizadas (ABREU; MATTOS, 2011, p. 01).

A inclusão de mais comunidades na luta por direitos também precisa ser evidenciada aqui como uma das reivindicações feitas por dona Maria Amélia. Foi realizado por sua equipe o mapeamento para inserir outras comunidades lutando também por direitos, comunidades que também ficam a margem das políticas públicas, e a briga pelo espaço de território que é ocasionado pelos fazendeiros e empresas que se instalaram naquela região. Em uma de suas narrativas essa liderança lembra dessa prática que remonta sua infância ressaltando que já presenciou fazendeiros comprando, mandando e desmandando nas terras que na época não eram reconhecidas como quilombolas.

Quando eu era menina, a primeira venda que me lembro, foi a terra vendida para o Dacinho Vilas Boas, quando chegaram com um papel na casa de meu pai pra ele assinar. Já tinha sido assinado pelo Rosendo, o Manoel Cabral, várias pessoas já tinham assinado esse documento. Só que ninguém sabia se era pra eles comprarem o Matupiri inteiro. Era uma ilha que era dele. Aí essa ilha se transformou nesse imenso pedaço de terra que a gente chama de Queiroz, que é o dono dessas terras, o que comprou essa terra. É um imenso pedaço que os antigos venderam a preço de banana, de rancho, de gravador, a troco de rede. Por que? Porque se prevaleceram da ignorância, da bondade e da dignidade dessas pessoas [que moravam aqui]. (AMÉLIA, 2016, p.59-60).

Maria Amélia Castro é uma militante importante no processo, conseguiu a certidão de auto declaração dos quilombos do Rio Andirá. Através de órgãos e entidades se percebe que foi uma luta de vários anos, mas que não deixou ficar parado. É uma senhora que descendente do negro, segundo ela que fundou o quilombo Benedito Rodrigues Castro, negro que teria sido escravizado, e que chegou ao Andirá e ali constituiu família e foi se perpassando através da memória dos quilombos.

Aí, o meu avô Pedro, que era o Pedro Marinho – conhecido como Pedro Marinho – mas o nome dele era Pedro Rodrigues da Costa, filho de Benedito Rodrigues da Costa, o africano que veio da África! Ele disse assim: “Minha filha, por que nós somos negros? Porque é o meu princípio; o meu pai era filho de negro, que veio da África, da Angola” (AMÉLIA, 2016, p.17)

Sua história é relacionada a outras mulheres em questão de trabalho, pois, desde pequena para sobrevivência da família, pouco foi à escola, teve marido e filhos, mas criou todos seus filhos e netos sozinha (AMÉLIA, 2016). São questões como essas que permeiam até os dias de hoje, pois, a mulher negra sempre trabalhou para seu próprio sustento, não eram apenas destinadas ao lar, tendo uma diferença a uma nova ideologia da submissão da mulher das esferas sociais.

Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia (DAVES, 1944, p.29).

Situações encontradas no livro de Memória de Maria Amélia, pois não só em questão ao trabalho explorativo, mas também de assédio, imagens estereotipadas em relação a mulher e de que pessoas do interior são ingênuas e fáceis de serem persuadidas. Como o de quando viajou para Manaus para procurar suas melhorias.

A inveja sempre existe como existiu dentro do meu trabalho... Uma pessoa que trabalhava junto com a gente, pensou que eu por ser do interior e sem marido, ele pensava que eu era “mulher de programa”. Uma vez seu Dedé [*patrão*], ele mandou o funcionário dele me levar em casa. Esse senhor que me levou, queria me desrespeitar como mulher, eu não consenti! Era trabalhador dele, aí eu disse pra ele que o seu Dedé tinha mandado ele me levar na minha casa[...]. Foi uma batalha! (AMÉLIA, 2016, p.36) [*Grifos nossos*]

Depois do ocorrido voltou para Barreirinha e trabalhou na prefeitura, mais foi demitida pelo fato de não ser concursada, voltou a trabalhar no interior e foi, a partir de sua volta que ela começou sua luta pelo reconhecimento do quilombo e territorialidade. Foi chamada de burra pelo seu próprio primo, pelo fato dela não ter concluído os estudos, porém foi isso que fez ela terminar seus estudos e entrar como presidente da FOQB. Teve ajuda de parentes, e pessoas que explicaram para ela por que ser quilombola e correr atrás do direito do quilombo, como Luiza Trindade da Costa, que esteve sempre nas reuniões, assinando as atas

eu acreditei, desde de quando começu né eu acreditava, quando vinha os papel que mandavam dê fora pra gente assinar né, agente assinava, nois eram as primeiro assinar e sempre acreditando neles né, na cumadri Cremilda e a Lurdes, sempre a gente acreditava neles que estavam fazendo desde do começo.⁸

Mesmo ela sendo assídua nas reuniões do quilombo, ainda se percebe sua voz silenciada perante ao marido, pois, o patriarcado está em todas as esferas sociais, vindo ser algo problematizador, é sua presença como mulher na parte sociocultural do quilombo, pois é visível sua presença nas manifestações culturais quilombo, se tornado assim um corpo que fala, e protagonista ali no meio de outras mulheres. “Fazer surgir as mulheres no seio de um a história pouco preocupada com as diferenças sexuais e demonstrar a opressão, a exploração e a dominação que sofriam e que as subjogava” (DEL PRIORE, 2010, p. 220).

⁸ Luiza Trindade da Costa, 69 anos, casada, Santa Tereza do Matupiri. Entrevista gravada em Novembro 2018, Quilombo Santa Tereza do Matupiri.

Os quilombos desde o começo não tiveram ajuda da prefeitura de Barreirinha, todo seu trabalho foi feito em Manaus, contou com as entidades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Secretária de Produção Rural do Amazonas - SEPROR, pela demarcação de terras do quilombo e alto reconhecimento como remanescente do quilombo do Andirá. No qual dona Celina Marinho Viana participou junto Maria Amélia de em algumas viagens é uma das mais velhas que ajuda para sobreviver a parte sociocultural do quilombo do Rio Andirá, participando de danças junto com outras mulheres.

eu acompanhei mesmo ela, uma seis vezes pra lá né, por que tinha gente que não tinha coragem ir com ela, e eu com ela né pra acompanhar, eu andei tudo por aí sabe lá pôr onde que eu ia né, eu ia com ela, as vezes eu ia lá pro onde tavo fazendo aqueles negócio dela, negócio dessa arrumação deles⁹

quem dança a dança do gambá é só eu com essa Maria, ano passado teve aí só eu com a Maria que dançou e tia Bitoca, mais não sei se ela a sabá, era nós seis, lá em Parintins o par era homem, aqui não tem, é mulher. Deste que quando era cunhatã grande, olha já dancei pastorinha, dancei jaçanã, já dancei London, já dancei onça té pega, já dancei quadrilha, tudo isso já dancei, contra dança também dancei lá na Paga, mais morreu que me ensinava, agora já só na lembrança.¹⁰

A parte sociocultural do quilombo agrega pessoas que não são descendentes de negro ou vieram de outros espaços, como Celina Viana, mais que foi reconhecida por ser casada com sujeitos do quilombo, que ajuda na permanência das manifestações culturais, sendo uma das pessoas mais velhas a dançar e guardiã da memória dos remanescentes do quilombo. O que vem se destacar também é o preconceito racial por pessoas da região, e ainda sofrem com ameaças de fazendeiros e madeireiros que entraram e se estabeleceram na área, delimitando os passos dos quilombolas no rio e na mata. Luta pela conservação do meio ambiente no Andirá e também de reflorestamento por causa das árvores que são retiradas para consumo próprio do quilombo, o preconceito racial se evidencia em umas das falas de Eduarda Trindade, onde eram vistos por mãos olhos por outras pessoas.

depois da gente ser conhecido né melhorou um poquinho, por que naquele meu tempo, os pessoal falavam, quando chegava umas pessoas assim que eram mais freguês do que outro, ai eles falavam quê , faziam cassuada dê preto, era preto guariba, ficava olhando pra eles, ficava olhando mermo, ficava era doente né , era preto mermo, negar pra que ficava olhando pro pessoal assim¹¹

Maria Amélia lutou para que as políticas públicas chegassem aos quilombos, assim como “políticas de reparação” (MATTOS, 2005). Assim, como conseguiu a admiração de muitos pelo fato da certidão de auto declaração do quilombo os beneficiar em várias questões,

⁹ Celina Marinho Viana, 85 anos, Aposentada, Santa Tereza do Matupiri, Entrevista Novembro 2018

¹⁰ Celina Marinho Viana, 85 anos, Aposentada, Santa Tereza do Matupiri, Entrevista Novembro 2018

¹¹ Eduarda Trindade da Castro, 79 anos, Aposentada, Santa Tereza do Matupiri, Entrevista Novembro 2018.

“como benefícios de aposentadoria, melhorando aos poucos a vida dos quilombolas e o reconhecimento fora”. Maria Hilda ressalta em seu relato o que mudou e quais foram as melhorias que ocorreram como os cursos trazidos para tendo do quilombo o reconhecimento de remanescente de quilombos.

foi esses cursos que tá tendo, já tevê ano passado, dois anos atrás, agora de novo, veio o curso de novo, que nós participamos, eu tô aqui por isso, estudei o curso, eu ele e mais meu filho, então pra nós já foi uma melhora que alguém já tá enxergando lá fora né, que isso é verdade não é mentira. Assim pra mim mudou um direito né, que a gente não tinha, e começou a ser mais considerado assim.¹²

Neste relato se pode perceber as melhorias que o quilombo agregou, pois ficou mais acessível a educação para os quilombolas, os fazendo acreditar nas conquistas que tiveram desde do reconhecimento dos quilombos.

Para tanto, as mulheres evidenciadas em nossas pesquisas são protagonistas de sua própria história, que por muito tempo foram silenciadas, questões de trabalho sempre foram invisibilizados, mesmo que tivessem que trabalhar para subsídio da família (SIMONIAN, 1995) e atualmente estão em vários espaços da sociedade, onde o protagonismo de Maria Amélia de Castro como liderança quilombola do quilombo do Rio Andirá., é mais um entre tantas que existem no mundo, assim como as mulheres que estiveram lhe apoiando tem suas próprias especificidades como mulher e trajetórias de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento Negro Unificado - MNU foi e é importante para que muitas comunidades se designarem Remanescentes de Quilombo, por que foi através das lutas sociais e da resistência que hoje muitos quilombos, como os do Rio Andirá, passam se auto reconhecer e procurar seus direitos, mesmo que até hoje sejam marginalizados pelo sistema capitalista que usufrui dessa massa, mas não deixaram de lutar.

As quatro fases na qual o movimento republicano passou, fez crescer a importância do negro na sociedade passou não só ter acesso à educação, mas como emprego, direito civis, saúde, entre outros. Pois, quando a Carta Áurea foi assinada, os negros ficaram sem qualquer direito governamental, passando a morar em morros, e passar por preconceitos raciais que até hoje ainda é presente na sociedade, portanto, o que tem hoje é fruto de suas lutas que obrigaram o estado brasileiro reconhecer e atribuir direitos.

A importância desse movimento junto com outros que ficam a margem do governo, serviu para abrir um leque de direitos que muitos descendentes de ex escravos e libertos buscam,

¹² Maria Hilda dos Santos Castro, 57 anos. Aposentada, Santa Tereza do Matupiri, Entrevista Novembro 2018.

pois até hoje buscam seus reconhecimentos, e os quilombos do rio Andirá é um processo de lutas, que permitiram o acesso a políticas públicas e de reparação, sendo um lugar de memória e pertencimento do povo quilombola. Essas lutas evidenciam ações protagonistas nessas lutas de resistências, que são vistos como marco importante para que surgissem órgãos e instituições na qual representa os negros e os movimentos quilombolas, como o do Andirá, que tem a centralidade nas lideranças de mulheres quilombolas.

REFERENCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. **“Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”**: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. SP, julho de 2011.

AMÉLIA, Maria. **Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência!** / Maria Amélia; Maria Magela Mafra de Andrade Ranciano, org.: Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed.: Juliene Pereira dos Santos, trans. – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

SIMONIAN, Ligia T.L. Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira: uma vida de trabalho silenciado. In: ALVARES, Maria Miranda; D’INCAO, Maria Ângela orgs. **A Mulher Existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM. 1995.

BARROS, José D’ Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. LPH - **Revista de História da UFOP**. n° 15, 2005.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. História dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: Revisitando um diálogo ausente na Lei 10.639/03. **Revista da ABPN**. v. 5, n. 11, julho – outubro de 2013. p. 05-28.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos, **Tempo [on line]**. 2007, vol.12, n.23, p.100-122.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: As vozes do Silêncio. In: FREITAS, Marcos Cesar (Orgs). **Historiografia brasileira em Perspectivas**. 6. Wd., 2ª reimpressão-SP Paulo, 2010.

DAVIS, Ângela, 1944-**Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Ângela Davis; tradução Heci Regina Candiani. – 1ª. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

RIOS, Ana Maria. MATTOS, H. O Pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, V.5,8, jan.2004, aap170-198

ROCHA, João Marinho da. **Das Sementes aos Troncos: História e Memória do movimento quilombola do Rio Andirá.** Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Manaus 2019

POLLAK, Michel. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, RJ.vol.05,n.10,1992,p.2000-2012.

RANCIARO, Maria Margela de Andrade. “ **Os cadeados não se abriram de primeira**”: **processos de construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Andirá.** Tese em Antropologia Social. Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Manaus. 2016

SQUEIRA, João. **Relatório Técnico de Identidade e Delimitação- RTID** do território quilombola do rio Andirá, Manaus-Am, 2016.

SOIHET, Rachael. História da Mulheres. In: CARDOSO Ciro Flamarion Cardoso; VAINFAS Ronaldo. **Domínios da História** . Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONTES ORAIS

Maria Hilda dos Santos Castro, 57 anos. Aposentada, Santa Tereza do Matupiri. **Entrevista** gravada em Novembro 2018, Quilombo Santa Tereza.

Benedita Ribeiro de Castro, 65 anos. Aposentada, Santa Tereza do Matupiri. **Entrevista** gravada em Novembro 2018, Quilombo Santa Tereza.

Celina Marinho Viana, 85 anos, Aposentada, Santa Tereza do Matupiri. **Entrevista** gravada em Novembro 2018, Quilombo Santa Tereza.

Eduarda Trindade da Castro, 79 anos, Aposentada, Santa Tereza do Matupiri. **Entrevista** gravada em Novembro 2018, Quilombo Santa Teresa do Matupiri.

Luiza Trindade da Costa, 69 anos, Casada, Santa Tereza do Matupiri. **Entrevista** gravada em Novembro 2018, Quilombo Santa Tereza do Matupiri.